

Familhão Engajamento e Intermediação S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Familhão Engajamento e Intermediação S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Familhão Engajamento e Intermediação S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Familhão Engajamento e Intermediação S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

a) Capital circulante líquido

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, excluídos os saldos com partes relacionadas, de R\$55.959 mil em 31 de dezembro de 2024, bem como patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$62.071 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$23.082 mil em 2023). Adicionalmente, apresentou prejuízo nos exercícios de 2024 e de 2023 nos montantes de R\$38.989 mil e R\$23.132 mil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

b) Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém transações relevantes, comerciais e financeiras (por meio de debênture privada), com partes relacionadas. A nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras contém informações sobre essas transações e seus impactos no resultado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de setembro de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ricardo Estrella Salvia
Contador
CRC nº 1 SP 253391/O-2

FAMILHÃO ENGAJAMENTO E INTERMEDIÇÃO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E PARA O PERÍODO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	91.216	13.516	Contas a pagar		20.330	1.423
Contas a receber	8	14.387	1	Empréstimos e debêntures	11	62.356	-
Impostos a recuperar	9	1.045	197	Impostos e contribuições a recolher		1.201	248
Adiantamentos		13	19	Obrigações sociais e trabalhistas		786	460
Despesa antecipada		1.151	-	Partes relacionadas a pagar	19	19.352	-
Outros ativos	21	21	20.000	Repasses a pagar	20	78.647	4
Total do ativo circulante		<u>107.833</u>	<u>33.733</u>	Arrendamentos a pagar	18	472	-
				Total do passivo circulante		<u>183.144</u>	<u>2.135</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado		285	-	Empréstimos e debêntures	11	-	54.680
Direito de uso de arrendamento Intangível	18	1.355	-	Arrendamento a pagar	18	1.094	-
Total do ativo não circulante	10	<u>50.987</u>	-	Partes relacionadas a pagar	19	38.293	-
		52.627	-	Total do passivo não circulante		<u>39.387</u>	<u>54.680</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
				Capital social	13	50	50
				Prejuízos acumulados		(62.121)	(23.132)
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(62.071)</u>	<u>(23.082)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>160.460</u>	<u>33.733</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u>160.460</u>	<u>33.733</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAMILHÃO ENGAJAMENTO E INTERMEDIÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E PARA O PERÍODO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	14	93.825	-
Custo da prestação de serviços	15	(38.218)	-
RESULTADO BRUTO		<u>55.607</u>	<u>-</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	15	(19.673)	-
Despesas gerais e administrativas	15	(65.888)	(20.444)
Depreciação e amortização	15	(17.865)	-
Outras receitas operacionais	16	12.458	-
		<u>(90.968)</u>	<u>(20.444)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(35.361)</u>	<u>(20.444)</u>
Receitas financeiras	17	4.568	1.421
Despesas financeiras	17	(8.196)	(4.109)
Resultado financeiro		<u>(3.628)</u>	<u>(2.688)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO / PERÍODO		<u>(38.989)</u>	<u>(23.132)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAMILHÃO ENGAJAMENTO E INTERMEDIÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E PARA O PERÍODO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2023 A
31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO / PERÍODO	(38.989)	(23.132)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO / PERÍODO	<u>(38.989)</u>	<u>(23.132)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAMILHÃO ENGAJAMENTO E INTERMEDIÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E PARA O PERÍODO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
		Capital Subscrito	Subscrito a integralizar	Subscrito integralizado		
SALDO EM 08 DE FEVEREIRO DE 2023		-	-	-	-	-
Integralização do capital social (constituição)	13	50	-	50	-	50
Subscrição de capital	13	30.575	(30.575)	-	-	-
Prejuízo do exercício / período		-	-	-	(23.132)	(23.132)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>30.625</u>	<u>(30.575)</u>	<u>50</u>	<u>(23.132)</u>	<u>(23.082)</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(38.989)	(38.989)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>30.625</u>	<u>(30.575)</u>	<u>50</u>	<u>(62.121)</u>	<u>(62.071)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAMILHÃO ENGAJAMENTO E INTERMEDIÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E PARA O PERÍODO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício / período com o caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais:		(38.989)	(23.132)
Depreciação e amortização	15 e 18	17.823	-
Juros sobre empréstimos e debêntures	11	7.676	4.105
Juros sobre arrendamentos	18	161	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(14.386)	(1)
Despesas antecipadas		(1.151)	-
Impostos a recuperar		(848)	(197)
Adiantamentos		6	(19)
Outros ativos		19.978	(20.000)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		18.907	1.423
Obrigações sociais e trabalhistas		326	460
Impostos e contribuições a recolher		953	248
Repasses a pagar		78.643	4
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		89.099	(37.109)
Pagamento de juros sobre arrendamento	18	(118)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>88.981</u>	<u>(37.109)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições do imobilizado e intangível	10	(11.167)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(11.167)</u>	<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital social	13	-	50
Empréstimos e debêntures tomados	11	-	50.575
Pagamento de principal de arrendamento	18	(114)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(114)	50.625
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>77.700</u>	<u>13.516</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo inicial	7	13.516	-
Saldo final	7	<u>91.216</u>	<u>13.516</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>77.700</u>	<u>13.516</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAMILHÃO ENGAJAMENTO E INTERMEDIÇÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E
PARA O PERÍODO DE 8 DE FEVEREIRO DE 2023 (DATA DE CONSTITUIÇÃO) A 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS E CONTEXTO OPERACIONAL

A Familhão Engajamento e Intermediação S.A., anteriormente denominada D+V Engajamento e Intermediação S.A., (“Companhia” ou “Familhão”), constituída em 08 de fevereiro de 2023, possui sede social na Alameda Rio Negro, nº 585 - Bloco C - 12º andar, na cidade de Barueri - São Paulo, tendo efetivamente iniciado as operações e geração de receita em março de 2024. As demonstrações financeiras individuais referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e ao período de 8 de fevereiro de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023. A Companhia tem como um dos acionistas e garoto propagada o artista Luciano Huck.

Para atender os propósitos societários, a Companhia tem por objeto social: (i) a prestação de serviços de agenciamento e intermediação de contratos e títulos quaisquer, comercialização de produtos promocionais, eletrônicos, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, vales compras; e (ii) administração de negócios na comercialização de pontos, prêmios de vantagens e vale compras; e (iii) licenciamento ou cessão de uso de programas de computação.

Capital circulante líquido

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, excluídos os saldos com partes relacionadas, de R\$55.959 em 31 de dezembro de 2024 (positivo em R\$31.598 em 31 de dezembro de 2023), bem como patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$62.071 em 31 de dezembro de 2024 (R\$23.082 em 2023). Adicionalmente, apresentou prejuízo nos exercícios de 2024 e de 2023 nos montantes de R\$38.989 e R\$23.132, respectivamente.

Apesar desse cenário, a Administração entende que a adoção da base contábil de continuidade operacional permanece adequada, considerando as seguintes medidas já implementadas em 2025:

- Subscrição de capital su no montante de R\$30.575, vide nota explicativa nº13, que será destinada a reforçar a liquidez e suportar obrigações financeiras vincendas, incluindo a CCB contratada em 2023, a vencer em 30 de setembro de 2025 – vide nota explicativa nº11).
- Conversão das debêntures (nota explicativa nº11); eventual conversão futura representará apenas troca de dívida por capital, sem ingresso adicional de recursos.
- Crescimento relevante de receitas de licenciamento, agenciamento, com reflexo em geração de caixa operacional positiva no exercício de 2025, com incremento previsto de 70% entre os períodos comparáveis;
- Renegociação de prazos e condições com fornecedores e credores financeiros, alongando parte das obrigações originalmente classificadas como circulantes;
- Acionalização de despesas administrativas e comerciais, reduzindo o nível de desembolsos mensais;
- Expansão do portfólio de contratos firmados, que asseguram fluxo de receitas futuras; e
- Ao longo de 2025, até o último mês de fechamento (agosto/2025), a Companhia atingiu o *break-even* operacional em todos os meses analisados (não auditado). Esse resultado reflete a combinação de fatores estruturais e operacionais relevantes, entre os quais se destacam: (i) a expansão consistente das receitas líquidas; e (ii) a disciplina na gestão de custos fixos, custos de serviços e despesas gerais e administrativas. O desempenho positivo evidencia a capacidade da Companhia de não apenas cobrir integralmente sua estrutura de custos recorrentes, mas também de gerar resultados operacionais sustentáveis.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

3.1. Conversões de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a “moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte nas disposições contratuais do instrumento. Todos os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados ao custo amortizado e estão demonstrados na nota explicativa nº 6.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até o fim dos exercícios, que não excedem seu valor de mercado ou de realização.

3.4. Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas. Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 30 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos no fim de cada exercício.

Refletem substancialmente transações a cliente final, através de meios de pagamento digitais (Pix e cartão de crédito). Por essa razão, a Companhia entende que a constituição de provisão para perda de créditos esperada não é necessária, tendo em vista a confirmação de captura dos valores por parte das suas adquirentes contratadas.

3.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Companhia refletem elementos essenciais para a condução de suas operações e geração de benefícios econômicos futuros. Estão compostos, principalmente, por: (i) direitos de uso de propriedade intelectual de terceiros; e (ii) custos de desenvolvimento interno de sistemas e plataformas tecnológicas.

i) Direitos de propriedade intelectual

Referem-se ao contrato de licenciamento de imagem e marca do artista Luciano Huck, celebrado em 2023 (com vigência a partir do início das operações em 2024, que garante exclusividade de utilização da marca “Familhão” em campanhas publicitárias, produtos e ações promocionais. O contrato possui prazo de 3 anos e a amortização é reconhecida de forma linear, à taxa de 33,3% ao ano, durante o período de vigência. Trata-se de um ativo estratégico que reforça a proposta de valor da Companhia e diferencia seus produtos no mercado.

ii) Desenvolvimento interno de sistemas e plataformas tecnológicas

A Companhia desenvolveu, com equipe própria e consultorias especializadas, a plataforma digital “familhao.com.br” e os respectivos aplicativos, que são a base tecnológica para comercialização do “Familhão” (licenciamento) e para a prestação dos serviços de agenciamento e gestão de pontos.

O ativo engloba, entre outros elementos:

- Arquitetura tecnológica (servidores, APIs e integrações com sistemas de meios de pagamento);
- Módulos de cadastro, emissão de cupons, geração de números da sorte e distribuição de figurinhas digitais;
- Sistemas de *backoffice* para controle de clientes e parceiros; e
- Camada de *analytics* para monitoramento de performance e engajamento.

Os valores capitalizados correspondem a custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, incluindo mão de obra interna alocada em projetos, serviços de tecnologia contratados, licenças de softwares de base e testes. Não são capitalizados gastos de pesquisa e/ou de avaliação preliminar, que são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Conforme CPC 04 – Ativo Intangível, a capitalização foi realizada a partir do momento em que ficaram atendidos os critérios de viabilidade técnica, intenção de uso e geração provável de benefícios econômicos futuros. A amortização é realizada pelo método linear em 3 anos (33,3% ao ano), prazo definido pela Administração como correspondente ao ciclo de inovação tecnológica da plataforma e à expectativa de sua utilização econômica.

A Administração revisa anualmente as vidas úteis e o valor recuperável dos intangíveis, de forma a refletir mudanças tecnológicas e condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Um item do intangível é baixado quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros do seu uso ou alienação. Ganhos ou perdas resultantes da baixa ou alienação são determinados pela diferença entre os valores recebidos e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício.

3.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição, e deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas dos itens registrados como ativo imobilizado são as seguintes:

Classificação	Vida útil
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 anos

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na baixa ou alienação de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.7. Ativos de direito de uso por arrendamento operacional

O valor presente das parcelas de contratos de arrendamento operacional é registrado no ativo imobilizado na data da celebração dos contratos (ou em sua adoção inicial), nos termos do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos de direito de uso por arrendamento operacional são registrados ao valor de custo, deduzidos da depreciação e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os demais ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base nos prazos dos contratos de arrendamento operacional.

3.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração

Ativos sujeitos à depreciação e amortização são testados para fins de avaliação do seu valor recuperável (teste de “*impairment*”) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo montante no qual o valor contábil exceder o valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo de venda do ativo menos os custos para efetivar a venda e o seu valor em uso.

Com o propósito de avaliar o valor recuperável, os ativos são agrupados na menor unidade na qual fluxos de caixa separáveis possam ser identificados (unidades geradoras de caixa). Ativos não financeiros que tenham sofrido redução do seu valor recuperável são revisados para a possibilidade de reversão da perda a cada data do balanço.

Os valores recuperáveis foram determinados com base nos valores em uso dos ativos, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas circunstâncias que resultassem na necessidade de realização do teste de redução ao valor recuperável dos seus ativos de longa duração (teste de “*impairment*”).

3.9. Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou estimáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações cambiais e monetárias incorridos até as datas dos balanços.

3.10. Provisões

Reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e em que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

3.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável, o qual difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e a contribuição social da Companhia foram calculados com base nas alíquotas de 15%, com acréscimo do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 (base mensal) para o imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários vigentes, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a uma interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao fisco.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle de bens ou serviços ao cliente, de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O montante reconhecido corresponde ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido de impostos incidentes sobre vendas, devoluções, descontos e abatimentos.

As naturezas de receita da Companhia estão segmentadas da seguinte forma:

a) Licenciamento

Decorrente da venda do “Familhão” aos clientes. A aquisição confere ao cliente direitos de utilização que incluem créditos para utilização no “Lojão”, participação em sorteios mediante número da sorte, recebimento de cupons e figurinhas colecionáveis. A receita é reconhecida quando o cliente adquire o direito de uso, considerando-se satisfeita a obrigação de desempenho da Companhia.

O sistema operacional desenvolvido pela Companhia é utilizado para promover a gestão dos benefícios concedidos aos clientes, incluindo créditos, cupons, pontos e demais vantagens previstas nos contratos. Esse sistema permite o acompanhamento em tempo real da geração, utilização e expiração dos benefícios, servindo como base para mensuração confiável da receita a ser reconhecida.

b) Agenciamento

Decorrente da prestação de serviços de intermediação de contratos, títulos, vales-compras e pontos de programas de fidelidade. A receita é reconhecida quando os serviços de agenciamento são efetivamente prestados, isto é, quando a intermediação ocorre e a obrigação de desempenho é satisfeita.

c) Breakage

Refere-se a pontos, créditos ou vales adquiridos por clientes, reconhecida quando não há expectativa de resgate futuro. A metodologia de cálculo do breakage adotada pela Companhia baseia-se em análise estatística que considera o comportamento histórico dos usuários em relação ao programa de fidelidade. O modelo desenvolvido segmenta os usuários em dois grupos principais: clientes ativos e clientes inativos, aplicando probabilidades específicas. Periodicamente os cálculos são revisados com objetivo de refletir e capturar mudanças no comportamento dos clientes em relação à utilização ou não dos pontos.

4. ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS PELO CPC NO EXERCÍCIO CORRENTE

Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, os CPCs abaixo relacionadas que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2024.

A sua adoção não teve nenhum impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>
CPC 26: Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulante	As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

Norma ou interpretação	Descrição
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com "Covenants"	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de "covenants" como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas "covenants" cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações à CPC 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 3 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, o CPC 40 foi alterado para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo "acordos de financiamento de fornecedores" não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Normas contábeis novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Embora a adoção antecipada seja permitida, a Sociedade não adotou os CPCs novos e abaixo relacionadas.

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações CPC 02	Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de conversibilidade.
CPC 26	Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

Os principais itens sujeitos a julgamentos na aplicação das práticas contábeis são:

a) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Companhia estima perdas no valor recuperável das contas a receber de clientes, quando há evidência objetiva de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do recebível e tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados, os quais podem ser estimados de forma confiável. Tais evidências incluem insolvência, inadimplência ou uma probabilidade significativa de um devedor declarar falência.

b) Provisão para riscos tributários e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

c) Valor recuperável de ativos de longa duração

Determinar quando o ativo imobilizado e o ativo intangível possam ter sofrido perda no valor recuperável requer uma estimativa do seu valor em uso ou do valor justo menos os custos de venda.

Uma perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, seja esse mensurado pelo valor em uso ou pelo valor justo menos os custos de venda. O cálculo do valor justo menos os custos de venda são baseados em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos os custos adicionais para descartar o ativo. A mensuração do valor em uso é baseada em premissas financeiras e operacionais definidas pela Administração considerando seu melhor julgamento.

A Companhia não identificou evidências que implicassem em possível perda por redução ao valor recuperável de seus ativos de longa duração

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida em que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia, aos índices de inflação, ao volume de serviços, outras taxas e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

e) *Breakage*

A mensuração do *breakage* envolve julgamento da Administração quanto à probabilidade de utilização futura dos créditos ou benefícios emitidos. A estimativa é baseada em análises de comportamento histórico dos clientes e nos prazos de validade contratual. Como a Companhia iniciou suas operações em 2024 os percentuais aplicados refletem dados observados até o encerramento de 2024, ajustados por expectativas de consumo futuro.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não possui instrumentos financeiros avaliados ao valor justo. Todos os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados ao custo amortizado e não há complexidade em sua mensuração.

a) Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	91.216	13.516
Contas a receber de clientes	14.387	1
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos	62.356	54.680
Contas a pagar	20.330	1.423
Passivo de arrendamento	1.566	-
Partes relacionadas a pagar	57.645	-

Considerando os prazos e as características desses instrumentos, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos.

b) Considerações gerais e políticas

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos em seus desempenhos financeiros.

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implantação de sistemas de controle, definidos pela tesouraria central da Companhia.

c) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem, principalmente, na possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados em CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

Análise de Sensibilidade

É esperado para 2025 uma oscilação de aproximadamente 1,0 p.p. na taxa CDI em relação à taxa de 31 de dezembro de 2024 (10,88% a.a., podendo variar para 9,88% a.a. ou 11,88% a.a.). Esse movimento, durante o ano de 2025, geraria um impacto estimado de aproximadamente R\$624 sobre a exposição passiva de R\$62.356 em empréstimos e financiamentos indexados ao CDI.

	<u>Exposição bruta passiva</u>	<u>Perda sobre a exposição</u>
Empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI	62.356	624

d) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia atua como plataforma de *marketplace*, intermediando a prestação de serviços entre fornecedores/parceiros e clientes finais. Os pagamentos realizados pelos usuários são processados por instituições adquirentes parceiras, por meio de PIX e cartões de crédito.

Nessa estrutura, a exposição direta da Companhia ao risco de crédito é limitada, uma vez que a adquirente é responsável pela captura do pagamento, análise de risco, liquidação e repasse dos valores à Companhia. Assim, o risco de inadimplência está concentrado nas adquirentes, que são instituições financeiras sólidas e de primeira linha, com risco de crédito considerado baixo.

Contudo, a Companhia reconhece a existência de um risco residual relacionado aos prazos de repasse e à eventual incapacidade de liquidação por parte da adquirente, decorrente de falhas operacionais ou, em situações extremas, de insolvência da instituição. Esse risco é monitorado continuamente por meio de processos de conciliação diária, análise de solidez financeira das adquirentes e diversificação dos parceiros de pagamento, visando reduzir a exposição operacional.

e) Risco de liquidez

Trata-se da possibilidade de ocorrência de um descasamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento, gerando, desse modo, uma incapacidade para cumprir os compromissos assumidos, ou seja, em tal situação, as disponibilidades da Companhia tornam-se insuficientes para honrar as suas obrigações no momento dos seus vencimentos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela a seguir detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros e passivo de arrendamento registrados em 31 de dezembro de 2024:

	31/12/24			Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e quatro anos	
Empréstimos e financiamentos	62.356	-	-	62.356
Contas a pagar	20.330	-	-	20.330
Passivo de arrendamento	307	354	905	1.566
Partes relacionadas a pagar	14.455	26.475	16.715	57.645

f) Gestão de capital

A Companhia faz a gestão de capital para garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida pelo capital total.

	31/12/24	31/12/23
Total dos empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 11)	(62.356)	(54.680)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7)	91.216	13.516
Caixa líquido (Dívida líquida)	28.860	(41.164)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(62.071)	(23.082)
Índice de alavancagem financeira - %	N/A	N/A

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Caixa e contas banco movimento	1.366	24
Aplicações financeiras	<u>89.850</u>	<u>13.492</u>
	<u>91.216</u>	<u>13.516</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB junto à instituição financeira e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósitos Interbancário - CDI, com liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações estavam remuneradas, em média, a 102% do CDI (101% do CDI em 2023).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Vindi	7.663	-
Mercado Pago	949	-
Vivo	4.463	-
Parceiros	<u>1.312</u>	<u>1</u>
	<u>14.387</u>	<u>1</u>

O saldo total do contas a receber de clientes do mercado interno estão com os prazos de vencimento a vencer em 31 de dezembro de 2024 e foram totalmente recebidos nos meses subsequentes.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (a)	899	197
Pis/Cofins/CSLL Retidos na Fonte Pago a Maior	145	-
Instituto Nacional do Seguro Nacional - INSS	<u>1</u>	<u>-</u>
	<u>1.045</u>	<u>197</u>

(a) A Administração acompanha periodicamente a realização desses créditos. Os valores decorrem de tributos recolhidos a maior e/ou antecipadamente e serão realizados por meio de compensação com tributos a recolher nos exercícios subsequentes.

10. INTANGÍVEL

	<u>Propriedade intelectual (a)</u>	<u>Desenvolvimento de plataforma (b)</u>	<u>Total</u>
Taxa média anual de depreciação - %	33,3	33,3	
Exercício findo em			
31 de dezembro de 2024:			
Custo	59.520	9.007	68.527
Amortização acumulada	<u>(16.533)</u>	<u>(1.007)</u>	<u>(17.540)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>42.987</u>	<u>8.000</u>	<u>50.987</u>

- a) Compreende os direitos de uso de propriedade intelectual do Luciano Huck, abrangendo a utilização de imagens do artista em materiais publicitários e merchandising a cada veiculação realizada em programa televisivo. A amortização ocorre em 3 anos, conforme prazo total de vigência do contrato.
- b) Gastos relacionados ao desenvolvimento da plataforma “familhao.com.br”.

11. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

	Indexador e taxa média de juros e comissões	Vencimento final	31/12/24	31/12/23
Moeda nacional – R\$:				
CCB - Cédula Crédito Bancário (a)	CDI + 3,10% a.a.	set/25	40.142	34.636
Debêntures (b)	CDI + 3,85%	out/25	22.214	20.044
			<u>62.356</u>	<u>54.680</u>
Circulante			62.356	-
Não circulante			-	54.680

a) Cédula de Crédito Bancário (CCB)

Em 30 de março de 2023, a Companhia firmou Cédula de Crédito Bancário (CCB nº 312023) junto ao Banco Ribeirão Preto S.A., no valor de R\$30.000 líquidos (R\$30.575 de principal bruto, incluindo IOF). A operação foi destinada ao financiamento do capital de giro da Companhia.

Principais condições

- Vencimento final: 30 de setembro de 2025;
- Remuneração: CDI acrescido de spread equivalente a 3,10% a.a.;
- Forma de pagamento: integral no vencimento, com encargos remuneratórios calculados sobre o saldo devedor; e
- Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações de titularidade das acionistas Urnammu LLC e Maviac Participações Ltda., representativas de 10% do capital social da Companhia.
- Covenants: Obrigatoriedade de pré-pagamento em caso de distribuição de dividendos, manutenção de saldo suficiente em conta corrente para débito das parcelas, pagamentos do principal e encargos nas datas previstas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as cláusulas.

b) Debêntures

Em 2023, a Companhia realizou emissão privada de debêntures simples, com a parte relacionada Salonica Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (FIP Salonica), conversíveis em ações ordinárias de sua emissão, em série única e com colocação restrita, totalizando R\$20.000 em valor nominal. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$22.214 (R\$20.044 em 2023).

Principais características

- Tipo: Debêntures simples, conversíveis em ações ordinárias da Companhia, quirografárias, nominativas e escriturais;
- Destinação: Recursos destinados à gestão do capital de giro e à expansão das operações;
- Vencimento: 25 de outubro de 2025;
- Remuneração: CDI acrescido de spread de 3,85% a.a., com pagamento de juros em base semestral e amortização do principal no vencimento;
- Conversibilidade: As debêntures são conversíveis em ações ordinárias da Companhia, nos termos do artigo 57 da Lei das Sociedades por Ações, podendo a conversão ocorrer de forma obrigatória ou facultativa, conforme hipóteses previstas na Escritura de Emissão. Após a conversão, os debenturistas poderão deter até 20% do capital social; e
- Garantias: Não há garantias específicas associadas à emissão. As debêntures foram emitidas na espécie quirografária, representando crédito geral contra o patrimônio da Companhia.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é resumida a seguir:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Saldo inicial	54.680	-
Adição principal	-	50.575
Juros provisionados	7.676	4.105
Saldo final	<u>62.356</u>	<u>54.680</u>

12. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Empresa não possuía passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía processos cujos riscos de perda são classificados como possível pela Administração da e por seus assessores legais. Por esse motivo, nenhuma provisão para tais processos foi contabilizada. O montante das ações com probabilidade de perda possível era de R\$200 (zero em 31 de dezembro de 2023).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$50 correspondente a 50.000 ações, assim distribuídas:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Dilus Investimentos e Participações Ltda.	27.499	-	27.499
Vertem Participações Empresariais Ltda.	16.875	-	16.875
EJR Participações Ltda.	5.625	-	5.625
FIP Salonica	1	1	1
	<u>49.999</u>	<u>1</u>	<u>50.000</u>

As ações ordinárias dão a seus titulares o direito a um voto por ação em cada deliberação social e em votação em separado, um membro do Conselho de Administração da Companhia.

As ações preferencias de classe B dão aos seus titulares as seguintes vantagens: (a) direito a um voto por Ação em cada deliberação social; (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de dissolução e liquidação da Companhia; (c) o direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração da Companhia; e (d) direito a recebimento, de forma prioritária em relação aos demais acionistas da Companhia de 100% dos recursos decorrentes de um evento de liquidez, após os Acionistas titulares de ações preferenciais classe A.

Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária, o capital subscrito a ser integralizado de R\$30.625, correspondentes a 5.557 ações, deverá ser integralizado até o dia 25 de setembro de 2025.

14. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Licenciamento	89.833	-
Administração	10.221	-
Devoluções	(8)	-
Impostos sobre vendas (PIS, COFINS e ISS)	(6.221)	-
	<u>93.825</u>	<u>-</u>

15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Serviços de tecnologia	(42.301)	(577)
Marketing e mídias digitais	(18.740)	(1.349)
Comissões sobre vendas	(17.941)	-
Depreciação e amortização	(17.823)	-
Pessoal	(16.507)	(1.616)
Premiações e sorteios pagos	(13.104)	(1)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(12.171)	(16.724)
Fretes	(2.185)	-
Manutenção e ocupação	(653)	(24)
Outras	(219)	(153)
	<u>(141.644)</u>	<u>(20.444)</u>
Classificadas da seguinte forma:		
Custo dos produtos vendidos	(38.218)	-
Despesas com vendas	(19.673)	-
Despesas gerais e administrativas	(65.888)	(20.444)
Remuneração dos administradores	(17.865)	-
	<u>(141.644)</u>	<u>(20.444)</u>

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
<i>Breakage</i>	12.458	-
	<u>12.458</u>	<u>-</u>

O *breakage* corresponde a valores de créditos, cupons, pontos ou benefícios adquiridos pelos clientes no âmbito do licenciamento do “Familhão”. Esses valores são reconhecidos como receita quando expira o prazo de utilização e/ou não há expectativa de resgate futuro, conforme descrito na nota explicativa nº5.e).

17. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.562	1.419
Outras receitas financeiras	<u>6</u>	<u>2</u>
	<u>4.568</u>	<u>1.421</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.676)	(4.105)
Despesas bancárias	(290)	(1)
Juros sobre arrendamentos	(161)	-
Juros e multas sobre tributos e fornecedores	<u>(69)</u>	<u>(3)</u>
	<u>(8.196)</u>	<u>(4.109)</u>
Resultado Financeiro	<u><u>(3.628)</u></u>	<u><u>(2.688)</u></u>

18. ARRENDAMENTOS

O direito de uso de arrendamento é referente ao contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia. Este contrato não possui cláusula com penalidades por rescisão antecipada.

A movimentação anual do direito de uso de ativos e do passivo de arrendamento, é como segue:

	<u>Direito de uso de ativos</u>	<u>Passivo de arrendamento</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>-</u>	<u>-</u>
Novos contratos e reajustes	1.637	1.637
Depreciação do ativo	(282)	-
Pagamento do principal	-	(114)
Pagamento dos juros	-	(118)
Juros Incorridos	<u>-</u>	<u>161</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1.355</u>	<u>1.566</u>
Circulante	-	472
Não circulante	1.355	1.094

O passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 é o seguinte:

	<u>31/12/24</u>
Valor nominal	1.975
Ajuste a valor presente	<u>(409)</u>
Saldo contábil (valor presente)	<u><u>1.566</u></u>

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações entre partes relacionadas

- i. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava obrigações com partes relacionadas no montante de R\$57.645 (zero em 2023), sendo R\$19.352 classificados no passivo circulante e R\$38.293 no passivo não circulante na rubrica “partes relacionadas a pagar”, e R\$16.533 no resultado do exercício. Esses saldos referem-se ao contrato de licenciamento de propriedade intelectual celebrado com a LHRIO Comunicação e Participações Ltda, com a interveniência do artista Luciano Huck, acionista da Companhia, que concede à Companhia o direito de uso de imagem e marca vinculada ao “Familhão”, com prazo de 36 meses.
- ii. Em 2023, a Companhia realizou emissão privada de debêntures simples, conversíveis em ações ordinárias, as quais são detidas por parte relacionada Salonica Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (FIP Salonica). As principais condições incluem remuneração equivalente a CDI acrescido de 3,85% a.a. e vencimento em outubro de 2025. O saldo contábil das debêntures totalizava R\$ 22.214 em 31 de dezembro de 2024 (R\$20.044 em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa nº11.b). A subscrição das debêntures está formalizada na Escritura de Emissão de Debêntures Privadas celebrada em 20 de dezembro de 2023 e em seu respectivo Boletim de Subscrição.
- iii. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava obrigações com partes relacionadas no montante de R\$2.700 (zero em 2023) classificados no passivo circulante na rubrica “contas a pagar”, e R\$29.300 (zero em 2023) no resultado do exercício. Esses saldos referem-se aos serviços de administração de pontos, cloud, licenças e gestão realizados pelas empresas LTM e Web Provider, controladas pelo acionista Vertem Participações Empresariais Ltda.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga por serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$5.491 (zero em 2023).

20. REPASSES A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava obrigações classificadas em “Repasses a pagar” no montante de R\$78.647 (R\$4 em 2023), registradas no passivo circulante.

Esses valores correspondem a recursos recebidos de clientes e parceiros, no âmbito das operações de agenciamento, que devem ser repassados a terceiros conforme previsto contratualmente. A Companhia atua como agente intermediário e reconhece como receita apenas a comissão de agenciamento, em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Importante destacar que, no âmbito das operações de agenciamento, a Companhia recebe recursos de clientes e parceiros que devem ser repassados a terceiros, conforme previsto contratualmente. Tais valores não representam receita própria da Companhia e, portanto, não integram a receita bruta apresentada na demonstração do resultado.

A movimentação está assim representada:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Saldo inicial	4	-
Entrada de recursos	156.000	4
Repasses efetuados	(77.357)	-
	<u>78.647</u>	<u>4</u>

21. OUTROS ATIVOS

O saldo de R\$20.000 registrado em 2023 referia-se a valores de debêntures emitidas naquele exercício, cujo recurso ainda não havia sido recebido pela Companhia até 31 de dezembro de 2023. Os recebimentos ocorreram no início de 2024 (meses de janeiro e fevereiro), quando os valores foram integralmente baixados da conta e registrados em caixa e bancos. Posteriormente, tais recursos foram aplicados em instrumentos financeiros de curto prazo.

O saldo remanescente de R\$21 em 31 de dezembro de 2024 refere-se a créditos de menor relevância de natureza operacional.

22. SEGUROS

A Companhia mantém programa de gerenciamento de riscos e contrata apólices de seguros junto a terceiros para mitigar riscos relevantes identificados em suas operações, considerando a natureza da atividade, os ativos segurados e a orientação de seus consultores de seguros.

As coberturas contratadas visam resguardar a Companhia contra riscos que poderiam comprometer a continuidade das operações.

Cabe ressaltar que os valores segurados representam limites máximos de indenização estabelecidos em contrato com as seguradoras e não correspondem, necessariamente, ao valor contábil dos bens segurados nem ao risco máximo de perda.

Em fevereiro de 2025, a Companhia renovou as coberturas, com vigência de 19 de fevereiro de 2025 a 19 de fevereiro de 2026, mantendo as coberturas:

Bens Segurados	Riscos Cobertos	Cobertura	Vigência
Patrimonial	Roubo	200.000	19/02/2026
Patrimonial	Danos Elétricos	100.000	19/02/2026
Patrimonial	Avarias de Máquinas e Equipamentos	200.000	19/02/2026
Patrimonial	Incêndios e Complementares	4.000.000	19/02/2026
Patrimonial	Perda de lucro bruto	1.200.000	19/02/2026
Patrimonial	Quebra de Vidros	50.000	19/02/2026
Seguro em garantia	Responsabilidade Civil	300.000	19/02/2026
Patrimonial	Vendaval/Furacão/Ciclone/Granizo/Tornado	160.000	19/02/2026

23. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	31/12/24	31/12/23
Adições do arrendamento de direito de uso	1.637	-
Aquisição de intangível parcelado	57.645	-

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, após a data-base das demonstrações financeiras, a Companhia tem deliberado operações relevantes que ocorrerão nos próximos meses:

1. Subscrição e Integralização de Capital Social
2. Está prevista para setembro de 2025 a integralização de capital social, com liquidação do empréstimo a ser realizada dentro do mesmo exercício social.

3. Está prevista para outubro de 2025 a conversão das debêntures emitidas em capital social, fortalecendo a estrutura patrimonial da Companhia e reduzindo seu nível de endividamento.

Essas operações têm como objetivo reforçar a base de capital da Companhia, sem impacto adverso sobre a continuidade operacional.

25. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 22 de setembro de 2025.
